



A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo

The oppressive construction of poverty in Brazil and its consequences in the psyche

James Ferreira Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Verônica Moraes Ximenes

Universidade Federal do Ceará

Jorge Castellá Sarriera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

A configuração social da realidade constitui o psiquismo humano. Temos, então, como objetivo analisar o processo histórico de construção da pobreza na cultura brasileira e suas consequências no psiquismo a partir uma revisão de literatura não sistemática. Assim, no Brasil, a pobreza porta um processo de construção social e ideológica estigmatizante do indivíduo pobre. Essa dinâmica inicia-se no período de colonização portuguesa e repercute em premissas neoliberais presentes na estrutura política brasileira em períodos mais contemporâneos. Percebemos, portanto, a elaboração de uma teia complexa em que as relações de poder e de opressão são inseridas na forma de reconhecimento e no psiquismo dessa população em situação de pobreza. É necessário, então, fortalecer as potencialidades das pessoas pobres e desvelar essas práticas de opressão como fazendo parte do processo de erradicação da pobreza no Brasil.

Palavras chave: **Pobreza; Brasil; Opressão; Psiquismo**

Abstract

The social configuration of reality constitutes the human psyche. We aim to analyze the historical process of poverty in Brazilian culture and its consequences in the psyche, starting from a nonsystematic literature review. Thus, in Brazil, poverty bears a stigmatizing process of social and ideological construction of the poor person. We also identified that in recent years there has been a series of government measures to combat poverty. We realize, therefore, the development of a complex web in which the relations of power and oppression are inserted in the form of recognition and in the psyche of this population in poverty situation, as well as the existence of resistance movements. It is necessary, then, to strengthen the potentialities of poor people and reveal these practices of oppression as part of the process of eradication of poverty in Brazil.

Keywords: **Poverty; Brazil; Oppression; Psyche**

O Brasil é um dos países mais desiguais na América Latina, ficando apenas à frente da Guatemala, Honduras e Colômbia (Gazeta do Povo, 2012), mas tem passado por um processo de diminuição da pobreza nos últimos anos. No entanto, para consolidação desse movimento, são necessários políticas e investimentos específicos, como também o conhecimento histórico de construção da pobreza e suas implicações no psiquismo dos indivíduos pobres. Essa compreensão é importante, porque o fator econômico e a configuração social da realidade influenciam na forma como as pessoas relacionam-se umas com as outras e desenvolvem seu psiquismo. Dessa maneira, temos o objetivo de analisar o processo histórico de construção da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo humano.

O processo opressor de construção da pobreza no Brasil

A partir da perspectiva materialista histórico dialética da realidade onde situamos este trabalho, verificamos que as concepções de pobreza no Brasil tem um caráter histórico fundado no período colonial. Darcy Ribeiro (1995/2005) sustenta que “a sociedade e a cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos” (p. 17). A pobreza, segundo Márcia Sprandel (2004), pode ser percebida como consequência da escravidão e da exploração da colônia Brasil pela metrópole Portugal, do sistema monocultor baseado no latifúndio e da falta de políticas de inclusão dos escravos libertos no mercado de trabalho.

Ainda sob influência dessa última autora, percebemos que o processo de povoamento português deu-se de uma forma que a maioria dos habitantes vindos de Portugal era considerada problemática e desocupada no seu país de origem, ou seja, de origem pobre. Eles foram a solução pelos portugueses para se evitar a realização de invasões no novo país colônia. Posteriormente, também, houve uma nova política de incentivos para a vinda de imigrantes italianos e alemães ao Brasil sem os devidos cuidados, tornando os brasileiros cada vez mais pobres e sem perspectiva de mudança segundo Izabel Piva (2006, pp. 17-29).

Nessa mesma linha de recrudescimento histórico da pobreza, a partir do século XX, de acordo com Maria Alice Siqueira (2006, pp. 9-16), a modernização implantada no Brasil trouxe uma maior fragmentação social, repercutindo no desenvolvimento urbano desordenado, na falta de infraestrutura adequada para o crescimento e no aumento da pobreza com a elevação do número de favelas e do êxodo rural. Os indivíduos pobres eram, então, os únicos culpabilizados por sua situação de pobreza, sendo reconhecidos como as causas para os principais problemas do país. Então, percebemos presentes na realidade brasileira compreensões de pobreza voltadas para uma ideia de criminalização do pobre e de responsabilização individual pela sua condição.

Concebemos que essas compreensões tem sua origem no fim da Idade Média quando houve muitos conflitos sociais, pestes e aumento do número populacional de pobres, tornando práticas de caridade e de filantropia ineficientes. Então, passa-se a perceber os pobres como ruins, violentos, perigosos e responsáveis pela gravidade da situação social (Piva, 2006, pp. 17-29; Sprandel, 2004). Observamos igualmente que as fundamentações sobre a pobreza no território brasileiro intitulam os pobres como a causa para o Brasil ser um país subdesenvolvido e sem crescimento de acordo com Maria Alice Siqueira (2006, pp. 9-16). Essas compreensões de pobreza voltadas para responsabilidade individual e inerentes à capacidade ao trabalho estão situadas historicamente no contexto de surgimento do capitalismo, do liberalismo e do neoliberalismo que pregavam que os pobres eram aqueles de má índole que não queriam trabalhar, sendo responsáveis pela sua condição de pobreza. Seguindo este parâmetro, as intervenções estatais sobre a pobreza eram nulas, pois ela era unicamente considerada como responsabilidade individual de acordo com Gabriel Mendonça (2006).

Por conta desse panorama, a pobreza no Brasil geralmente não era foco das intervenções governamentais até a Constituição de 1988. As compreensões sobre a pobreza no âmbito nacional, normalmente, estavam voltadas até o início do século XX para explicações baseadas no clima, na mestiçagem, nas doenças, na desorganização social ou na falta de mobilização popular dos brasileiros. Antes da Segunda

Guerra Mundial, a realidade brasileira era vista a partir das compreensões de raça, sendo os pobres ligados ao campo, à realidade rural. Após este período, construíram-se concepções da realidade nacional baseada em hierarquia e classes sociais até a década de 1970. Os pobres, então, eram vistos como malandros e sem vontade de trabalhar (Sprandel, 2004). Somente com a reunião episcopal em Medellín em 1968¹ a pobreza passa ser foco das compreensões sobre a realidade brasileira, pois, segundo Ignacio Martín Baró (1998), a Igreja passa a atuar preferencialmente em prol dos mais pobres a partir da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fortalecendo, então, os movimentos populares.

No entanto, a pobreza somente se torna realmente central na política nacional quando a nova Constituição em 1988 foi implementada. Assim, é sedimentada a concepção de pobreza ligada aos direitos humanos e à perspectiva da igualdade social. Percebemos que Constituição de 1988 foi importante, mas foi uma mobilização nacional e suprapartidária de combate a fome desenvolvida por Herbert de Souza² que trouxe uma maior evidência da pobreza no cenário nacional. Foram estabelecidas, portanto, estratégias emergenciais de combate à fome, como também movimentos governamentais e da sociedade civil organizada para sua diminuição. Entretanto, a partir da implementação do Plano Real no governo Itamar Franco e da intensa política governista alinhada com ideais neoliberais voltados para globalização, para privatização e para inovação tecnológica do Governo Fernando Henrique Cardoso, as estratégias de combate à pobreza foram deslocadas de um patamar político e governamental esboçadas na Constituição de 1988 para uma posição não política vinculada à filantropia restrita a ações das primeiras damas das esferas municipal, estadual e federal. Esvaziou-se o sentido crítico de interpretação da pobreza, passando a ser considerada como algo inerente à modernida-

de e como consequência do desenvolvimento econômico (Sprandel, 2004).

Esta tendência governista criou mais desemprego e relações de trabalho informais, aprofundando ainda mais as mazelas sociais e a pobreza para Raquel Guzzo e Fernando Lacerda Jr. (2007). Ainda dentro dessa perspectiva, Sprandel (2004) coloca que a elite brasileira, na qual estão inclusos os políticos, não se sente responsável pela pobreza, situando-a no nível da responsabilidade individual e no patamar de uma compreensão monetária ligada a uma quantificação insuficiente de renda. Assim, a pobreza tem uma função de ser o foco de práticas clientelista e assistenciais dos políticos brasileiros. Para Mendonça (2006), os modelos de assistência social presentes na América Latina estiveram voltados a uma ótica híbrida, assumindo determinados valores do Estado do Bem Estar Social e da perspectiva neoliberal e clientelista.

Esses primeiros valores estão presentes com a Constituição de 1988 e com o surgimento de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no Brasil, onde a Assistência Social tornou-se direito do cidadão e obrigação do Estado, sendo pautada na satisfação das necessidades básicas pessoais por meio de ações integradas e universais (Lei Nº 8.742). Já os valores neoliberais e clientelistas estão presentes na cultura política brasileira que deteriora a perspectiva da política como direito do cidadão e solidifica a perspectiva da assistência como dádiva ou favor. Assim, os pobres eram situados em concepções de violência, dependência, de conformismo, de crença na responsabilidade de forças divinas e na convicção da imutabilidade da realidade. Visualizamos que estas características estão muito vinculadas à noção de fatalismo presente na obra de Ignacio Martín Baró. Segundo Martín Baró (1998), a estrutura social opressora tem o poder proporcionar a dependência e a submissão dos pobres a uma lógica de manutenção do *status quo*.

Isso se torna ainda mais evidente no Brasil, porque as práticas voltadas à pobreza estavam somente restritas a perspectivas assistencialistas, filantrópicas e discriminatórias. No entanto, visualizamos certo diferencial das políticas governamentais nesses últimos 10 anos, entre o período de 2003 a 2013, de atuação do Governo Federal. O combate à po-

¹ A partir dessa data, estrutura-se uma Escola da Libertação latino americana sendo composta por várias áreas de conhecimento, como Teologia, Filosofia, Pedagogia e Psicologia da Libertação e tendo preceitos comuns, como o conhecimento voltado a uma práxis, a uma realidade concreta e às más condições de vida dos povos latino americanos. (Martín Baró, 1998).

² Herbert José de Sousa foi um sociólogo e um ativista dos direitos humanos brasileiro.

breza³ tornou-se atuação central do governo brasileiro com a gestão do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva, sendo criada uma pasta Ministerial de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e uma ampla política de redistribuição de renda com o Programa Bolsa Família (Brasil, 2010). De acordo com Alessandro Pizzani e Walquiria Domingues Rego (2013), esse programa de transferência de renda foi uma importante ferramenta para diminuição do coronelismo e do conformismo nos mais pobres.

Márcio da Cruz e Huáscar Pessali (2011) afirmam que as políticas de transferência direta de renda são as mais eficientes, porque fornecem a liberdade para o indivíduo decidir. Além disso, essa política atua de forma estrutural e conjuntural no combate à pobreza. Este último âmbito está relacionado a uma questão de justiça distributiva voltada para não aceitação da existência de pessoas vivendo em condições adversas de pobreza no presente. A perspectiva estrutural está voltada para a implementação de ações concretas para a erradicação sólida da pobreza em médio e longo prazo. Este âmbito pode ser entendido como a implementação das condicionalidades do Bolsa Família que seriam: frequência escolar mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos; frequência escolar mínima de 75% para jovens de 16 e 17 anos; recebimento de vacinas obrigatórias para crianças de 0 a 7 anos; acompanhamento médico para mulheres de grávidas e lactantes; e frequência de 85% em atividades socioeducativas para crianças e jovens retirados do mercado de trabalho infantil.

Berta Castiñeira, Luis Nunes e Paolo Rungo (2009) realizaram uma análise dos principais resultados do Programa Bolsa Família a partir de diferentes fontes de evidência, ressaltando que essa política proporcionou uma diminuição da pobreza e uma redução da desnutrição crônica infantil. Igualmente, há outras políticas do governo brasileiro que atuam no âmbito estrutural, como a política de acesso ao Ensino Superior Privado a partir do Programa

Universidade para todos (ProUni) e ao Ensino Superior Público a partir da regulamentação que 50% das vagas das Instituições públicas (sistemas de cotas), para pessoas em situação de pobreza, que estudaram em escolas públicas ou afro-brasileiros e indígenas até 2016. De acordo com uma pesquisa realizada por Clarissa Tagliari Santos (2012) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), foi identificado que o ProUni realmente funciona como um mecanismo de inserção de estudantes em situação de pobreza e de pretos, pardos e índios no Ensino Superior, acarretando melhora na qualidade de vida e na renda desses indivíduos e famílias.

A implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como forma de acesso ao Ensino Superior, também foi um fato que contribuiu muito para a entrada nesse nível de ensino. Então, o acesso ao Ensino Superior é uma forma de permitir que as pessoas em situação de pobreza possam ingressar na universidade, porém se questiona como tem sido a permanência nessas instituições ao que se refere os gastos com deslocamento, materiais didáticos e alimentação. Esses problemas são enfrentados pelos alunos prounistas e cotistas e que prejudicam a qualidade de vida dos mesmos. São necessárias políticas públicas direcionadas a permanência desses estudantes no Ensino Superior público e privado.

Além disso, foram desenvolvidos equipamentos sociais, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), balizados, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2005), por uma intervenção voltada para o fortalecimento, a cidadania, o fomento da criticidade e da participação social da população mais pobre. Esse compromisso foi intensificado com a criação do Plano Brasil sem Miséria no governo de Dilma Rousseff (Brasil, 2013) que tem como pauta a erradicação da extrema pobreza até 2014. No entanto, apesar dos progressos, de acordo com Boa Ventura de Souza Santos (2013), o governo de Dilma afastou-se um pouco de suas bases calcada nos movimentos sociais. Assim, esse distanciamento seria uma das hipóteses para as manifestações em várias cidades do país no mês de junho de 2013. Já a presidenta do Brasil compreende que esses movimentos reivindicatórios somente fortalecem a democracia e podem ser explicados pelas melhorias nas condições de vida dos brasileiros nos últimos anos,

³ Compreendemos que, no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, havia políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Escola, o Programa do Cartão Alimentação, o Vale Gás e o Bolsa Alimentação, mas elas estavam estruturadas de forma desintegrada, como também não havia equipamentos sociais voltados para uma perspectiva de fortalecimento da autonomia e da criticidade populacional pobre.

que passariam a ter mais criticidade e poder de indignação. Por conta das manifestações, o Governo Federal aumentou os investimentos em mobilidade urbana e em educação, como também criou o Programa Mais Médicos que tem levado médicos estrangeiros para atuar em comunidades que sofriam com a falta desses profissionais (Moreno, 2013). Então, percebemos que o Brasil passa atualmente por movimentos de resistência e mudança apesar de igualmente ainda apresentar práticas de criminalização da pobreza por conta de um processo histórico opressor.

Os impactos da construção histórica da pobreza no psiquismo

Assim, a pobreza é construída historicamente e acentuada geralmente pelos próprios regimes governamentais de acordo com Alberto Cimadamore e Antonio David Cattani (2007). No entanto, o estar pobre não se restringe a um âmbito econômico, mas abrange também condições sociais, políticas, ideológicas e estruturais, além de formas de ser e de fazer de acordo com Elívia Cidade, James Moura Jr. e Verônica Ximenes (2012). A partir da compreensão de que a configuração social traz repercussões na forma de constituição do psiquismo humano de acordo com Lev Semenovitch Vigotski (1931/1991), observamos que a realidade desempenha um papel central na maneira como a pessoa se constitui psicologicamente. Aluísio Ferreira Lima (2010) e Antonio da Costa Ciampa (1987) concebem que as formas de reconhecimento impetradas a um indivíduo pelas relações sociais e, conseqüentemente, difundidas na sociedade tem impacto em sua constituição identitária.

Portanto, em uma sociedade onde impera a pobreza, há formas singulares de estruturação do psiquismo das pessoas nessa realidade. Além disso, verificamos a preponderância de um caráter ideológico na estruturação do psiquismo humano. Luis de la Corte Ibañez (2000) expõe que a ideologia é o instrumento que mantém essa dialética de dominação opressão com a capacidade de manter os indivíduos sem forças para romper essa estrutura dominante e opressora. Segundo Cezar Wagner Góis (2008), opressão significa a negação da identidade do povo latinoamericano pelo opressor, tornando sua existência comprimida e contida. O problema dessa relevância ideológica consiste na existência de um modo de subjetivação dominante voltado para

a manutenção e reprodução do *status quo* e para culpabilização e criminalização da pobreza, como ocorre na realidade brasileira.

O psiquismo dos seres humanos marginalizados está construído a partir dessas características de oprimido, porque as funções psicológicas superiores, segundo Vigotski (1931/1991), tem um duplo desenvolvimento, sendo este considerado, de acordo com Adolfo Perinat (2009), como ação social comunicativa. A constituição do âmbito intrapsíquico é reflexo da realidade social em que a pessoa entrou em contato, sendo a linguagem a via de reprodução dessa realidade para o âmbito psíquico (Góis, 2008). A linguagem é constituída de signos que o ser humano aprende a manejar e usar para comunicação externa e, depois, consigo mesmo. O signo, então, passa a ser um instrumento psicológico de criação de novas conexões entre as funções psíquicas quando interiorizado. Esse processo somente acontece, para Vigotski (1934/2003), porque há a existência dos significados que são conceitos estáveis da palavra que criam um solo comum para a comunicação e para generalização, permitindo, assim, a mediação semiótica e dialética do psiquismo.

Observamos que esses significados, também, têm em sua base uma valoração social representando as ideologias vigentes em uma cultura que ditam a criação de novas conexões. Assim,

É preciso assinalar, por um lado, a conexão que alguns sistemas novos mantêm não só com signos sociais, mas também com a ideologia, e o significado que tal ou qual função psicológica adquire na consciência das pessoas, ao passo que, por outro lado, o processo de aparecimento de novas formas de comportamento a partir de um novo conteúdo é extraído pelo homem da ideologia do meio que o rodeia (Vigotski, 1925/2004, p.117).

Há diferenças entre as classes sociais a partir de características psicológicas. “Os traços sociais e de classe formam-se no homem a partir de sistemas interiorizados, que nada mais são do que os sistemas e relações sociais transladados para a personalidade” (Vigotski, 1925/2004, p. 133). Significa dizer que as interações sociais, o contexto cultural de desenvolvimento da pessoa, as ideologias presentes e os significados que esse indivíduo aprendeu a manejar podem criar determinadas formas de constituição psicológica. Compreendemos, então, que população pobre entra em contato com significados presentes no

Brasil que estão relacionados a sentimentos, pensamentos e ideias de impotência, de passividade, de conformismo e de violência. Na sociedade brasileira, há criação da identidade de oprimido e de explorado que, segundo Góis (2008), pode gerar diversos posicionamentos pessoais de servilismo, de fatalismo e de violência, construindo um modo ou estilo de viver petrificado que tem como objetivo proteger os sujeitos das condições sociopsicológicas adversas em que eles estão imersos.

No entanto, o ser humano, também, é constituído de conexões mais pessoais que extrapolam as formações estáveis presentes no significado da palavra de acordo com Vigotski (1934/2003). Essas concepções mais pessoais se referem aos sentidos que estão balizados pelas motivações, pelas vivências afetivas vividas e pelo seu contexto de uso. Os sentidos são mais instáveis se referem à soma de todos os fatos psicológicos que uma palavra desperta no psiquismo, possuindo, então, um caráter múltiplo e indeterminado segundo João Paulo Barros, Luana Colares, Jesus Garcia Pascual, Veriana Colaço e Verônica Morais Ximenes (2009). Dessa maneira, o sentido tem uma abrangência mais ampla, extrapolando as bases dos significados. Compreendemos, então, que o processo histórico de construção da pobreza no Brasil está composto de significados que reproduzem a ordem social vigente; que carregam o sistema de crenças e de valores de que a realidade é imutável; que culpabilizam a população pobre pela suas condições de vida; e que reforçam ideias individualistas. Dessa forma, os significados que criam o solo comum para compreensão da realidade e para construção dos sentidos, podendo fornecer um panorama de criação de sentidos que é reduzido. As vivências afetivas, as experiências de vida e os contextos de uso dos significados em uma realidade opressora podem ser reduzidos as significações vigentes, ou seja, aquelas que posicionam o pobre como incapaz, servil e dependente.

No entanto, igualmente, identificamos que as pessoas em situação de pobreza devem ser reconhecidas a partir de suas potencialidades. Nessa perspectiva, James Ferreira Moura Jr. (2012) identifica que as pessoas inseridas nessas condições de vida portam movimentos de resistência a partir de processos criativos e de fortes laços de solidariedade e de cooperação. Entendemos que o carnaval, a capoeira,

as festas populares e até os próprios movimentos religiosos podem se tornar espaços de fortalecimento e de resistência das pessoas em situação de pobreza frente a ordem social opressora e vigente. Destarte, os significados que carregavam as ideologias dominantes podem ser questionados a partir de intervenções específicas baseados em uma ética da libertação que valoriza esses movimentos populares (Ximenes & Góis, 2010, pp. 45-64).

Igualmente, percebemos que esses novos significados voltados para as potencialidades e pelo reconhecimento do pobre como cidadão de direitos fazem parte das novas políticas estatais no Brasil. Verificamos que a políticas de transferência de renda a partir do Bolsa Família e do Programa Brasil sem Miséria e de políticas de acesso ao Ensino Superior podem acarretar mudanças no psiquismo dos indivíduos em situação de pobreza. Esses possíveis significados e sentidos estariam relacionados a um movimento de fortalecimento da identidade e de questionamentos das formas de reconhecimento depreciativas e opressoras relacionadas as pessoas em situação de pobreza, construídas no Brasil historicamente. Há, então, a possibilidade de criação de relações, de espaços e de atividades que estejam impregnadas de novas formas de se viver e permeadas por significados que estejam em contraponto coma as ideologias de opressão dominantes.

Considerações Finais

Identificamos, dessa forma, que há uma estrutura macrossocial no Brasil que situa o indivíduo pobre em uma posição de impotência, de submissão e de causador das mazelas sociais. Assim, a pobreza, além de estar relacionada a um estado de privação concreta, tem que ser abordada como uma prática de opressão simbólica. Compreendemos também que a população pobre cria movimentos de resistência a essa ordem social opressora. No entanto, nos últimos anos, por conta de atuações governamentais, estão sendo desenvolvidas políticas específicas para redução da pobreza, questionando as compreensões vigentes sobre os pobres, assim como valorizando suas potencialidades. Dessa maneira, para o enfrentamento da pobreza, deve ser premente a destruição dessas barreiras ideológicas, simbólicas e concretas que, ao nosso ver, tem sido implementadas gradativamente nos últimos anos pelo Governo Federal brasileiro,

mas que necessitam serem cada vez mais fortalecidas e ampliadas por conta do processo histórico de depreciação e marginalização das populações mais pobres no Brasil.

Referencias

- Barros, João Paulo; Colares, Luana; Pascual, Jesus Garcia; Colaço, Veriana & Ximenes, Verônica Moraes (2009). O conceito de “sentido” em Vygotski: contribuições epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 174-181. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000200004>
- Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Recuperado em 12 de abril de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2010). *Notícias - Brasil lidera ranking no combate à pobreza*, Brasília: Portal Brasil. Recuperado em 7 de novembro de 2010 de <https://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/brasil-lidera-ranking-no-combate-a-pobreza>
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2013). *Brasil Sem Miséria tirou 22 milhões de pessoas da pobreza extrema*, Brasília: Portal Brasil. Recuperado em 07 de abril de 2013, de <http://www.brasilemmiseria.gov.br/noticias/noticias-geral/brasil-sem-miseria-tirou-22-milhoes-de-pessoas-da-pobreza-extrema>
- Castiñeira, Berta; Nunes, Luis & Rungo, Paolo (2009). Impacto de los programas de transferencia condicionada de renta sobre el estado de salud: el programa Bolsa Família de Brasil. *Revista Española de Salud Pública*, 83(1), 85-97. <http://dx.doi.org/10.1590/S1135-57272009000100007>
- Ciampa, Antonio da Costa (1987). *A Estória do Severino e a História da Severina* (1ª Ed). São Paulo: Brasiliense.
- Cidade, Elívia Camurça, Moura Jr., James Ferreira & Ximenes, Verônica Moraes (2012). Implicações Psicológicas da Pobreza na Vida do povo Latino-Americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.5886>
- Cidamore, Alberto & Cattani, David Cattani (2007). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Tomo: Porto Alegre.
- Cruz, Márcio & Pessali, Huáscar (2011). Dar o peixe e ensinar a pescar: racionalidade limitada e políticas de combate a pobreza. *Economia e Sociedade*, 20(1), 141-166. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182011000100006>
- Gazeta do Povo (2012, Agosto 22). Brasil é 4.º país mais desigual da região. *Mundo*. Recuperado em 27 de setembro, 2012, de <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/contudo.phtml?id=1289121&tit=Brasil-e-4-pais-mais-desigual-da-regiao>
- Góis, Cezar Wagner de Lima (2008). *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Guzzo, Raquel & Lacerda Júnior, Fernando (2007). Fortalecimento em Tempo de Sofrimento: Reflexões Sobre o Trabalho do Psicólogo e a Realidade Brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(2), 231-240.
- Ibañez, Luis de la Corte (2000). La Psicología de Ignacio Martín-Baró como Psicología social crítica. Una presentación de su obra. *Revista de Psicología Geral y Aplicada*, 3(53), 437-450.
- Lima, Aluísio Ferreira de (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP EDUC.
- Martín Baró, Ignacio (1998). *Psicología de La Liberación*. Trotta: Madrid.
- Mendonça, Gabriel (2006). *Os sentidos subjetivos moradores de rua frente ao futuro*. Dissertação de Mestrado inédita, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2005). *Norma Operacional Básica NOB/SUAS - Construindo as bases para à implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Moreno, Javier (2013, Novembro 26). Dilma Rousseff | Presidenta de Brasil - “Las protestas muestran que salir de la miseria es el inicio de otras demandas”. *El País*. Recuperado em 10 de dezembro, 2013, de http://internacional.elpais.com/internacional/2013/11/26/actualidad/1385458828_076831.html
- Moura Jr., James Ferreira (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Psicologia inédita. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Perinat, Adolfo (2009). Mis desencuentros y mi reencuentro con Vygotsky. *Quaderns de Psicologia*, 11(1/2), 51-60.
- Pizzani, Alessandro & Rego, Walquiria Domingues (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp.
- Piva, Maria Izabel (2006) Sob o estigma da pobreza: a ação da Santa Casa da Misericórdia. In Ma-

- ria Alice Siqueira (Org.), *Sociedade e Pobreza* (pp. 17-29). GM: Vitória.
- Ribeiro, Darcy (1995/2005). *O povo brasileiro* (2ª Ed). São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, Boa Ventura de Souza (2013, Junho 19). O preço do progresso. *Carta Maior*. Recuperado 23 de junho de 2013, de http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6151
- Santos, Clarissa Tagliari (2012). Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socio-econômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(235), 770-790.
- Siqueira, Maria Alice (2006). Apresentação. In Maria Alice Siqueira (Org.), *Sociedade e Pobreza* (pp. 9-16). GM: Vitória.
- Sprandel, Marcia Anita (2004). *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará.
- Vigotski, Lev Semenovich (1931/1991). *A Formação Social da Mente* (4ª Ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, Lev Semenovich (1934/2003). *Pensamento e Linguagem* (3ª Ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, Lev Semenovich (1925/2004). Sobre os sistemas psicológicos. In Vigotski, Lev Semenovich. *Teoria e Método em Psicologia* (pp.103-135, 3ª Ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Ximenes, Verônica Morais & Góis, Cezar Wagner de Lima (2010). Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In Fernando Lacerda Jr. & Raquel Guzzo (Orgs.), *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 45-64). Alínea: Campinas.



JAMES FERREIRA MOURA

Psicólogo, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bolsista CAPES-REUNI, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará e integrante do Grupo de Pesquisa de Psicologia Comunitária/UFRGS e do Núcleo de Psicologia Comunitária/UFC

VERÔNICA MORAIS XIMENES

Psicóloga, Doutora em Psicologia (Universidade de Barcelona), Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária/UFC

JORGE CASTELLÁ SARRIERA

Psicólogo, Doutor em Psicologia (Universidade Autónoma de Madrid), Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do Grupo de Pesquisa de Psicologia Comunitária/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento.

DIRECCIÓN DE CONTACTO

jamesferreirajr@gmail.com

FORMATO DE CITACIÓN

Moura, James Ferreira; Ximenes, Verônica Morais e Sarriera, Jorge Castellá (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1174>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 27/06/2013

Primera revisión: 30/11/2013

Aceptado: 19/12/2013